

Processo 29.529/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 052/2021: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU CONSÓRCIO DE EMPRESAS, ESPECIALIZADA (AS) EM SOFTWARES DE PLATAFORMA WEB PARA FORNECIMENTO DE SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA INTEGRADAS, NO MODO DE LICENÇAS DE USO, SEM LIMITE DE USUÁRIO, NAS ÁREAS DE SAÚDE E ADMINISTRAÇÃO GERAL.

Análise de Impugnações ao Edital

O Pregoeiro abaixo assinado designado pela Lei 7.376 de 28/03/2013, neste caso designado para dentro das suas atribuições, operar o processo Licitatório acima descrito, passa através deste termo, avaliar as solicitações oriundas de impugnações enviadas pelas empresas:

J.G. BAIÃO INFORMÁTICA CONSULTORIA E COMERCIO LTDA – ME

CNPJ: 06.265.843/0001-04

INOVADORA SISTEMA DE GESTÃO EIRELI

CNPJ: 00.867.301/002-06

POWER IMAGING PROCESSAMENTO DE DADOS E IMAGENS LTDA

CNPJ: 00.363.364/0001-99

Também pelo Sr. José Eduardo Bello Visentin, CPF: 250.894.548-09

Cabe esclarecer que os pedidos foram apresentados tempestivamente, cabe esclarecer também que as análises aqui feitas são estritamente em relação a termos relativos ao Edital de Convocação, não contemplando termos técnicos a cerca do serviço licitado. As solicitações estão relatadas em síntese como segue:

1) Não há data definida e específica clara para abertura da sessão pública no Edital

O Edital é claro em seu Item 1.6 quanto ao horário de início da sessão, portanto não procede tal alegação

1.6. INÍCIO DA SESSÃO E DISPUTA DE PREÇOS: às 14 hs do dia 08/09/2021.

Texto do Edital

2) Omissão do regime de execução no preâmbulo

Em análise ao Edital e Anexos, é possível constatar que não foi apresentado o Regime de Execução, portanto tal alegação procede, e deverá ser aglutinada em nova edição.

3) Prazo de 03 (três) dias para impugnações e esclarecimentos em desacordo com a Lei 8.666.

A Lei 10.520/2002 que baliza a modalidade pregão quando não apresentar jurisprudência própria deverá ser subsidiada pela Lei Geral de Licitações que neste caso estipula prazo de dois dias para impugnações, porém o Decreto 10.024/2019 que regulariza a Modalidade Pregão em sua forma eletrônica determina o prazo de três dias para apresentação de impugnações. Entende-se que ao regulamentar a modalidade Pregão Eletrônico o Decreto 10.024/2019 criou jurisprudência a cerca do tratado, portanto ficando desvinculado no teor deste Item da Lei 8.666/93, criando regime próprio. Diante do exposto avalio que tal pedido não procede

LEI Nº 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002.

Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

Art. 9º Aplicam-se subsidiariamente, para a modalidade de pregão, as normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

in vebis

LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

in vebis

DECRETO Nº 10.024, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019

Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.

Impugnação

Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

in vebis

4) Divergência entre o texto do Edital e o Anexo I quanto ao prazo para pagamento da Taxa de Instalação

Tal solicitação procede, e fico no aguardo da Área técnica a respeito do prazo para pagamento, para efetuar correção, se for o caso.

5) Exigência de Comprovação fiscal que abranja todos os tributos.

O Edital ora impugnado exige como prova de regularidade fiscal em seus Itens 6.1.2 e 6.1.3 as regularidades junto as três fazendas, regularidade junto a justiça do trabalho e FGTS, portanto estritamente dentro do que preceitua a Lei 10.520/2002 que institui a modalidade Pregão. Exigir abrangência de todos os tributos em nada fere o caráter competitivo do certame, se não, dá mais segurança à Administração quando da avaliação da idoneidade do licitante, não procedendo tal alegação.

LEI Nº 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002.

XIII - a habilitação far-se-á com a verificação de que o licitante está em situação regular perante a Fazenda Nacional, a Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e as Fazendas Estaduais e Municipais, quando for o caso, com a comprovação de que atende às exigências do edital quanto à habilitação jurídica e qualificações técnica e econômico-financeira;

6)proibir a participação de empresas em recuperação judicial ou extrajudicial.

Com o advento da Lei 11.101/2005, que passou a regular a recuperação judicial, extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária a concordata deixou de existir, a exigência de certidão desse instituto passou a ser letra morta, portanto procede a solicitação.

Admite-se a participação, em licitações, de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório.

(TCU, Acórdão 1201/2020 Plenário, Representação, Relator Ministro Vital do Rêgo).

7) Exigência de Notas explicativas

As Notas Explicativas são necessárias e úteis para melhor entendimento e análise das demonstrações contábeis, aplicáveis em todos os casos que forem pertinentes, em específico neste caso em que deve ser avaliada a saúde financeira da futura contratada, portanto não procede tal solicitação.

Com relação à obrigatoriedade legal da feitura das Notas Explicativas, saliento o texto do § 4º do artigo 176 da lei 6.404/76, vejamos:

"§ 4º As demonstrações serão complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessários para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício."

in verbis

8)Exigência de assinatura de contador nos índices

As demonstrações contábeis têm a obrigatoriedade de serem assinadas pelos sócios ou administradoras e pelo contabilista responsável pela escrituração.

O Edital de convocação é o instrumento balizador do processo licitatório como um todo, desta forma refletindo as necessidades da Administração e proporcionando a isonomia entre as partes. Neste caso avalio que a Administração se assegura de ter documento assinado por profissional competente quando exige documentos assinados pelo profissional responsável pelas demonstrações contábeis, fato que em nada interfere no fator competitivo do certame, também saliento da obrigatoriedade de assinatura de contador nos documentos contábeis, portanto considero improcedente o pedido

9) Do prazo temporal da publicação até a data de abertura

O Edital e seus anexos foram publicados no Diário Oficial do Rio Grande do Sul em 10 de agosto de 2021, página 161, disponibilizado no Site COMPRASNET, bem como do Site oficial deste Município em mesma data. A abertura da sessão foi inicialmente programada para 08 de setembro de 2021, portanto um espaço de 30 (trinta dias) entre a publicação e a data prevista para abertura da sessão, prazo este, muito superior ao que estabelece a lei.

LEI Nº 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002.

V - o prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a 8 (oito) dias úteis;

Conclusão:

Diante do acima exposto opino por manter o texto do Edital no que se refere a:

*Prazo de 03 (três) para impugnações

*Comprovação Fiscal que abranja todos os tributos

* Exigência de Notas Explicativas

*Assinatura do Contador nos Índices Econômicos

Alterar o Edital permitindo a participação de empresas em recuperação Judicial e extrajudicial

*Indicar o Regime de Execução

*Unificar o texto do Edital e seu Anexo I sobre a forma de pagamento da Taxa de Instalação do Serviço.

Sr. Secretário de Gestão Administrativa e Licitações, este é meu parecer, que passo a vossa superior deliberação.

Rio Grande, 24 de setembro de 2021

Clair Vieira Wanglon
Pregoeiro